

IMPACTO MONETARIO DO CICLO FINANCEIRO NAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

1. INTRODUÇÃO.

Na última década (2008 – 2017), as cooperativas agropecuárias do estado do Paraná tiveram impacto de crescimento da necessidade de capital de giro da ordem de 224,6%. Este crescimento está diretamente atrelado a necessidade das cooperativas “bancarem” sua atividade operacional, principalmente aos quesitos relacionados ao volume da carteira de recebíveis e de estoques.

O volume que representou a NCDG (necessidade de capital de giro) das cooperativas agropecuárias em dezembro de 2017 foi de R\$ 11,6 bilhões e representava 23,75% do total de ativos destas.

Considerando que no mesmo período houve uma tendência de redução do volume de crédito no mercado, bem como um crescimento das taxas de juros praticadas (principalmente nos últimos dois anos), torna-se imperioso analisar com maior afinco o ciclo financeiro/operacional das cooperativas, a fim de mensurar qual o impacto financeiro monetário deste no sistema cooperativo agropecuário do Paraná.

2. CONCEITOS DOS INDICADORES

Para conhecer e analisar a evolução da atividade operacional das cooperativas são utilizados os indicadores de atividade. Estes indicadores demonstram as rotações sofridas pelo capital e por valores empregados na produção, indicando quantas vezes foram empregados e recuperados. Os índices de atividade medem a velocidade com que as várias contas são convertidas em vendas ou caixa – entradas ou saídas (Gitman, 2004).

Os principais indicadores de atividade são: prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento, prazo médio de estocagem, giro do estoque e giro do ativo (Cruz, Andrich, & Mugnaini, 2011).

2.1. PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS

O prazo médio de recebimento demonstra quantos dias ou meses, em média, a cooperativa leva para receber suas vendas (produtos ou serviços). Este indicador tem por objetivo dar um parâmetro médio de quanto tempo em média a cooperativa demora para receber suas vendas diárias (Padoveze, 2010). Para calcular esse índice (Matarazzo, 2008) utiliza-se, a seguinte fórmula, já adaptada a contabilidade de cooperativas:

$$pmr = \frac{\textit{contas a receber}}{\textit{faturamento}} \times \textit{mês} \times 30$$

A resultante do cálculo do prazo médio de recebimento apresenta-se em dias, sendo assim, quanto menor o número de dias, mais rápido a cooperativa recebe seus direitos. A empresa (cooperativa) deve abreviar, sempre que possível, o prazo de recebimento de suas vendas (Neto, 2012). Com isso, poderá manter recursos disponíveis para outras aplicações mais rentáveis por prazos maiores.

Portanto, o prazo médio de recebimento, ou idade média das contas a receber, é útil na avaliação das políticas de crédito e cobrança (Gitman, 2004). O prazo médio de recebimento indica o resultado que empresa tem de esperar, em média, para que deem entrada as contas a receber oriundas de suas vendas a prazo (Idícibus, 2010).

2.2. IMPACTO FINANCEIRO DO PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS

Considerando que o PMR (prazo médio de recebimentos), representa o número de dias que a cooperativa leva para receber seus créditos, parte-se do pressuposto que ao se dividir o volume total da carteira de créditos pelo PMR, se obterá o valor monetário de quanto representa cada dia de PMR, ou seja, “ i_{pmr} ”. A fórmula do cálculo pode ser observada a seguir:

$$i_{pmr} = \frac{\textit{contas a receber}}{\textit{pmr}}$$

2.3. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

É o período médio entre a data que determinada compra foi realizada e o pagamento efetivo dela. Esse tempo é delimitado em dias.

Com esse índice é possível mensurar e identificar em quantos dias a cooperativa paga suas duplicatas, fornecedores, cooperados, tributos, funcionários, etc., o que permite equilibrar melhor o fluxo de caixa e compreender a necessidade de capital de giro.

O PMP (prazo médio de pagamentos) também tem relação direta com a negociação feita entre cooperativa e fornecedor e as condições de crédito conseguidas pela sua companhia.

Quanto maior for o prazo médio de pagamento, melhor para o caixa da cooperativa. Ao estudar as práticas relacionadas aos indicadores de atividade revela que para a cooperativa é mais atrativo ter um prazo de pagamento mais longo, pois pode financiar sua necessidade de capital de giro com recursos menos custosos.

Para calcular esse índice (Matarazzo, 2008) utiliza-se, a seguinte fórmula, já adaptada a contabilidade de cooperativas:

$$pmp = \frac{\textit{passivo circulante operacional}}{(\textit{custos} + \textit{despesas} + \textit{impostos})} \times \textit{mês} \times 30$$

2.4. IMPACTO FINANCEIRO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Considerando que o PMP (prazo médio de pagamentos), representa o número de dias que a cooperativa leva para liquidar seus débitos, parte-se do pressuposto que ao se dividir o volume total do passivo circulante operacional pelo PMP, se obterá o valor monetário de quanto representa cada dia de PMP, ou seja, “ i_{pmp} ”.

A fórmula do cálculo pode ser observada a seguir:

$$i_{pmp} = \frac{\textit{passivo circulante operacional}}{pmp}$$

2.5. PRAZO MÉDIO DE ESTOQUES

O índice utilizado para analisar o tempo médio para a renovação dos estoques é o prazo médio de estocagem ou de estoques. O prazo médio de estoques indica o tempo necessário para a completa renovação dos estoques da empresa (cooperativa) (Neto, 2012).

Este índice mostra a velocidade com que o estoque se transforma em produção vendida. Nas indústrias, o prazo médio de estocagem engloba as matérias-primas e outros materiais de produção, como também os produtos em elaboração e acabados (Braga, 2008).

O Prazo Médio de Estocagem - PME é um índice muito importante dentro da análise financeira, pois os custos com produtos em estoque são altos e depreciam ou encarecem o preço final dos produtos, com essa análise podem-se tomar decisões importantes em relação ao estoque e à operação logística. Então, o objetivo desse índice é calcular o prazo médio que os produtos ficam parados no estoque ao longo do ano, considerando o período desde a entrada da matéria-prima até a saída do produto acabado. O prazo PME é obtido da seguinte forma:

$$pme = \frac{\text{estoques}}{\text{custos de aquisição}} \times \text{mês} \times 30$$

2.6. IMPACTO FINANCEIRO DO PRAZO MÉDIO DE ESTOQUES.

Ponderando que o PMP (prazo médio de pagamentos), simula o número de dias que a cooperativa mantém parado o seu volume de estoques, sugere-se que ao se dividir este volume pelo PME, se obterá o valor monetário de quanto representa cada dia de PME, ou seja, “ i_{pme} ”. A fórmula do cálculo pode ser observada a seguir:

$$i_{pmp} = \frac{\text{estoques}}{pme}$$

2.7. CICLO FINANCEIRO.

O ciclo financeiro trata-se do período em que a empresa gira com os recursos entre os recebimentos e os pagamentos (Junior, 2011). O ciclo financeiro tem início com o primeiro desembolso e termina, geralmente, com o recebimento da venda. O Ciclo Financeiro é o

tempo que tarda desde o pagamento das matérias-primas até o momento do recebimento das vendas (Neto, 2012).

Desta forma, quanto maior o ciclo financeiro, pior para a cooperativa, pois representa maior tempo de utilização de financiamento e, portanto, maior custo.

3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS

Com base na teoria apresentada, foram elaborados cálculos para identificar qual o impacto monetário, da variação de um dia, nos prazos médios de pagamento, estoques e de recebimento. Com o intuito de se gerar base comparativa os cálculos foram realizados para os seguintes agrupamentos:

- Cooperativas Agropecuárias Paraná;
- Cooperativas Agropecuárias de grande porte;
- Cooperativas Agropecuárias de médio/grande porte;
- Cooperativas Agropecuárias de médio porte;
- Cooperativas Agropecuárias de pequeno porte;
- Grupo das 10 maiores cooperativas agropecuárias do Paraná;

3.1. PMR – PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS.

Tomando-se como base o fechamento do exercício de 2017, na Tabela 1, pode-se observar o comportamento do PMR, qual o seu impacto monetário na simulação de variação de “um dia” e por fim qual foi o impacto financeiro total conforme a variação do número de dias de 2016 para 2017.

Tabela 1 - Avaliação do PMR

PMR	PARANÁ	G-10	PORTE			
			GRANDE	MÉDIO/GRANDE	MÉDIO	PEQUENO
Variação em dias 2016 x 2017	78	77	77	85	64	194
	5	4	5	9	-2	-6
Impacto dia (em R\$)	159.603.751,21	120.132.141,34	141.237.837,35	16.370.047,90	2.163.060,99	226.232,70
Volume de recebíveis	12.449.092.594,38	9.250.174.883,18	10.875.313.475,95	1.391.454.071,50	138.435.903,36	43.889.143,80
Impacto da variação 2016 x 2017	798.018.756,05 Aumento na NCDG	480.528.565,36 Aumento na NCDG	706.189.186,75 Aumento na NCDG	147.330.431,10 Aumento na NCDG	-4.326.121,98 Redução na NCDG	-1.357.396,20 Redução na NCDG

Fonte: Sistema Ocepar - GECCOOP

Nota-se que somente as cooperativas de pequeno e médio porte que reduziram o prazo médio de recebimento, as demais aumentaram e o grupo de médio grande porte que teve maior impacto em relação ao aumento do número de dias do PMR.

No caso do cenário consolidado do estado do Paraná, o aumento de 5 dias no PMR, representou impacto monetário de R\$ 798,0 milhões na Necessidade de Capital de Giro, ou seja, de forma direta foi uma variação desfavorável ao sistema cooperativo.

3.2. PMR – PRAZO MÉDIO DE ESTOQUES.

Observa-se, na Tabela 2, o desempenho do PME, desta forma é possível avaliar qual o seu reflexo monetário na simulação de variação de “um dia” e por fim qual foi o impacto financeiro total conforme a variação do número de dias de 2016 para 2017.

Tabela 2 - Avaliação do PME

	PARANÁ	G-10	PORTE			
			GRANDE	MÉDIO/GRANDE	MÉDIO	PEQUENO
PME	81	86	84	69	34	33
Variação em dias 2016 x 2017	4	4	5	0	-9	20
Impacto dia (em R\$)	128.039.292,37	93.412.853,80	112.062.167,50	12.876.681,92	1.864.225,36	184.421,12
Volume de recebíveis	10.371.182.681,97	8.033.505.426,80	9.413.222.070,00	888.491.052,48	63.383.662,24	6.085.896,96
Impacto da variação 2016 x 2017	512.157.169,48	373.651.415,20	560.310.837,50	0,00	-16.778.028,24	3.688.422,40
	Aumento na NCDG	Aumento na NCDG	Aumento na NCDG	Sem impacto na NCDG	Redução na NCDG	Aumento na NCDG

Fonte: Sistema Ocepar - GECCOOP

No caso das variações do PME, verificou-se que as cooperativas de médio/grande porte mantiveram seu ciclo em 69 dias, portanto sem variação significativa na necessidade de capital de giro. Já as cooperativas de médio porte conseguiram reduzir seu PME em 9 dias, o que trouxe melhora da ordem de R\$ 16,8 milhões na sua NCDG, por fim todos os demais cenário acabaram por aumentar o prazo médio que os estoques permanecem nas cooperativas, sendo que o maior impacto em dias foi nas cooperativas de pequeno porte.

Olhando para o cenário consolidado do estado do Paraná, o aumento de 4 dias no PME, representou impacto monetário de R\$ 512,2 milhões na Necessidade de Capital de Giro, ou seja, de forma direta foi uma variação desfavorável ao sistema cooperativo.

3.3. PMR – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS.

O prazo médio de pagamentos deve ter sua leitura e interpretação invertida, pois ao contrário do PME e PMR, que o aumento traz reflexos negativos para as cooperativas, o PMP se maior demonstrará variação favorável ao sistema.

Na Tabela 3 é possível avaliar o comportamento do PMP e ainda verificar qual o seu reflexo monetário na simulação de variação de “um dia”. Também permite avaliar qual foi o impacto financeiro total conforme a variação do número de dias de 2016 para 2017.

Tabela 3 - Avaliação do PMP

PMP	PARANÁ	G-10	PORTE			
			GRANDE	MÉDIO/GRANDE	MÉDIO	PEQUENO
Varição em dias 2016 x 2017	74	71	72	84	70	93
	8	7	7	10	3	15
Impacto dia (em R\$)	152.699.557,91	113.469.006,03	135.997.944,48	15.899.717,45	2.156.373,09	230.031,19
Volume de recebíveis	11.299.767.285,34	8.056.299.428,13	9.791.852.002,56	1.335.576.265,80	150.946.116,30	21.392.900,67
Impacto da variação 2016 x 2017	1.221.596.463,28	794.283.042,21	951.985.611,36	158.997.174,50	6.469.119,27	3.450.467,85
	Redução na NCDG	Redução na NCDG	Redução na NCDG	Redução na NCDG	Redução na NCDG	Redução na NCDG

Fonte: Sistema Ocepar - GECCOOP

Todos os cenários comparativos apresentaram aumento do PMP, ou seja, trouxeram redução para a composição da necessidade de capital de giro, portanto as variações apresentadas foram favoráveis ao sistema cooperativo agropecuário do estado do Paraná.

As cooperativas de pequeno porte aumentaram em 15 dias seu PMP, chegando a 93 dias.

A evolução de 8 dias no PMP do cenário consolidado do estado do Paraná, representou R\$ 1,2 bilhões no volume de necessidade de capital de giro.

4. CONCLUSÃO

Resta evidente, pela análise dos impactos gerados, que o acompanhamento dos indicadores de capacidade operacional tornou-se requisito para auxílio de gestão e desempenho financeiro das cooperativas agropecuárias do Paraná.

Nota-se que a variação de apenas um dia em qualquer um dos três indicadores (PMR, PMP e PME), pode gerar consequências significativas (positivas ou negativas) na composição de tesouraria, mais diretamente na NCDG.

De forma teórica a redução do prazo de estoques pode ser entusiasmada pela capacitação dos gestores da área, melhora de relacionamento do departamento de compras e técnico (adquirindo produtos somente pelas demandas), implantação de processo de gestão de estoques, aplicação da cobrança de taxa de armazenagem (para grãos).

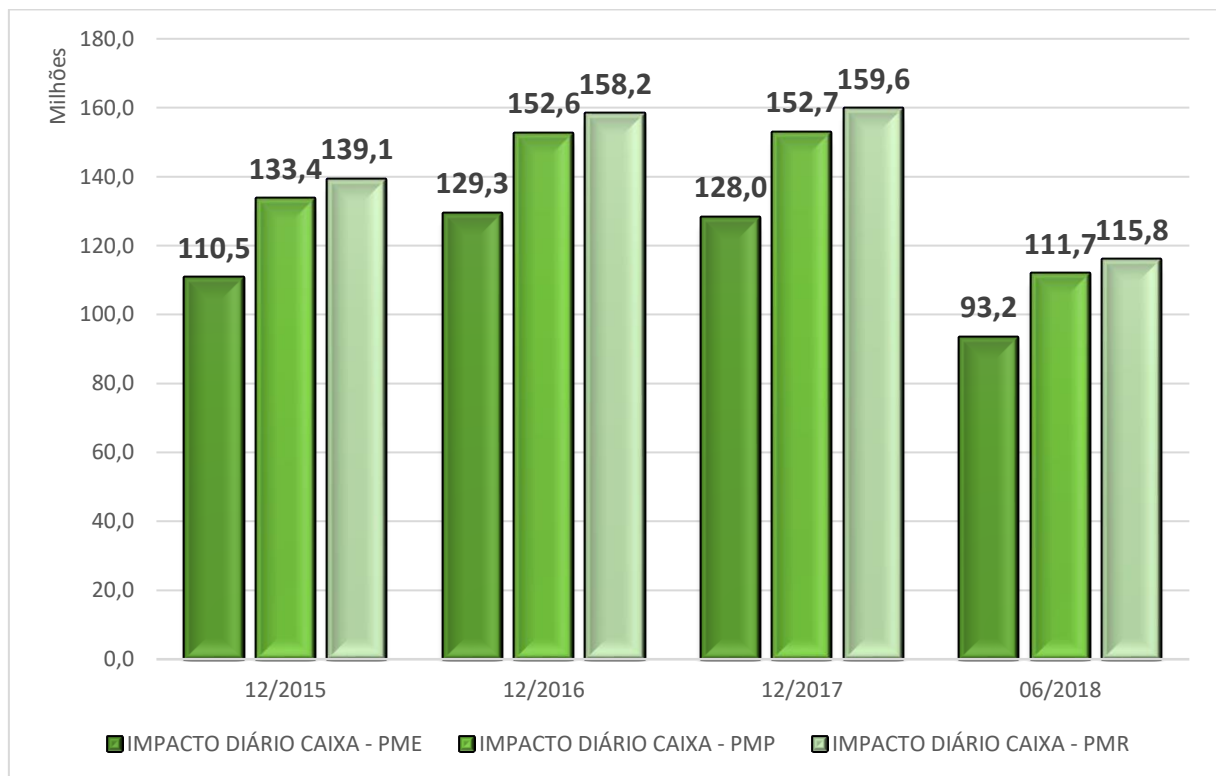
O prazo médio de recebimento pode ser melhorado pela capacitação e profissionalização dos técnicos envolvidos com contas a receber e concessão de crédito, com a implantação de política mais rígida de concessão de crédito, por meio da negociação mais

assertiva dos vendedores (departamento comercial) junto aos clientes e com a tentativa de redução do prazo de liquidação das operações junto as tradings.

Por fim, para ampliar o prazo de pagamentos, as cooperativas podem investir na capacitação e relacionamento dos compradores junto aos fornecedores.

Cabe ainda registrar que dentre os componentes analisados que o aumento da carteira de recebíveis, é que trouxe maior impacto desfavorável para as cooperativas agropecuárias Paranaenses. Portanto o indicador que merece maior atenção de forma imediata e que trará maiores reflexos no caso de sua gestão é o PMR, conforme comprovado pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 - Comparativo de impacto monetário



Fonte: Sistema Ocepar - GECCOOP

Estas são as análises, considerações e conclusões em relação ao tema apresentado.

João Gogola Neto
Coordenador de Desempenho
Sescoop/PR

Referências

- Braga, R. (2008). *Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira*. São Paulo: Atlas.
- Cruz, J. A., Andrich, E., & Mugnaini, A. (2011). *Análise das Demonstrações Financeiras: Teoria e Prática*. Jaruá: Editora Curitiba.
- Gitman, L. J. (2004). *Princípios de Administração Financeira. Tradução técnica* (10ª ed.). São Paulo: Addison Wesley.
- Idicibus, S. d. (2010). *Análise de balanços* (10ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Junior, A. L. (2011). Análise da Situação Financeira de uma Empresa de Pequeno Porte – Estudo de Caso. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*.
- Matarazzo, D. C. (2008). *Análise Financeira de Balanços. Abordagem Básica e* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Neto, A. A. (2012). *Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico/Financeiro* (10ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Padoveze, C. L. (2010). *Análise das Demonstrações* (3ª ed.). São Paulo: Cengage Learning.